



SUMÁRIO

1. NOÇÕES PRELIMINARES	27
1. Direito.....	27
2. Direito administrativo.....	28
2.1. Conceito.....	28
2.2. Relação com outros ramos do Direito.....	32
2.3. Fontes do Direito Administrativo.....	34
2.4. Codificação do Direito Administrativo.....	40
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo.....	40
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo.....	41
2.7. Sistemas administrativos.....	42
3. Estado, governo e administração pública	42
3.1. Estado.....	43
3.1.1. Poderes e funções do Estado	43
3.1.2. Organização do Estado.....	45
3.2. Governo	46
3.3. Administração Pública	46
4. Atividade administrativa.....	47
5. Quadro sinóptico.....	48
2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	51
1. Conceito de regime jurídico administrativo	51
2. Distinção entre princípios e regras.....	52
3. Princípios do direito administrativo	54
3.1. Princípio da supremacia do interesse público	55
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	56
3.2.1. Conceito de interesse público.....	57
3.3. Princípio da legalidade.....	58
3.3.1. Princípio da juridicidade.....	62
3.4. Princípio da impessoalidade.....	63
3.5. Princípio da finalidade.....	68
3.6. Princípio da moralidade.....	70
3.7. Princípio da publicidade.....	71

3.8. Princípio da eficiência.....	76
3.9. Princípio da isonomia	79
3.10. Princípio do contraditório	82
3.11. Princípio da ampla defesa.....	83
3.12. Princípio da razoabilidade.....	86
3.13. Princípio da proporcionalidade.....	88
3.14. Princípio da continuidade.....	89
3.15. Princípio da autotutela.....	100
3.16. Princípio da especialidade	102
3.17. Princípio da presunção de legitimidade	102
3.18. Princípio da motivação.....	103
3.19. Princípio da segurança jurídica.....	105
4. A inobservância de um princípio	106
5. Quadro sinóptico.....	107
6. Súmulas correlatas.....	110
6.1. STF – Súmulas Vinculantes	110
6.2. Súmulas do STF.....	110
6.3. Súmulas do STJ.....	111
3. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	113
1. Administração pública – organização administrativa	113
1.1. Princípios fundamentais da Administração Pública Federal.....	114
1.2. A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes.....	115
2. Formas de prestação da atividade administrativa.....	117
2.1. Formas de descentralização	118
3. Órgãos públicos	120
3.1. Principais características	121
3.2. Classificação	124
4. Administração direta.....	126
5. Administração indireta	127
5.1. Características gerais	129
5.2. Autarquias.....	133
5.2.1. Conceito e outras considerações	133
5.2.2. Regime jurídico.....	134
5.2.3. Autarquias profissionais	151
5.2.4. Autarquias territoriais.....	162
5.2.5. Autarquias de regime especial.....	162
5.3. Agências reguladoras.....	162
5.3.1. Conceito e função	162
5.3.2. Espécies de agências.....	164
5.3.3. Regime especial.....	165
5.3.4. Regras gerais	167

5.3.4.1.	Estrutura organizacional.....	167
5.3.4.2.	Dirigentes das Agências Reguladoras	167
5.3.4.3.	Regime de pessoal	171
5.3.4.4.	Licitação	173
5.3.4.5.	Processo decisório das agências reguladoras	175
5.3.4.6.	Prestação de contas e controle social.....	177
5.3.4.7.	Instrumentos de interação e articulação das agências reguladoras	178
5.4.	Fundação pública.....	181
5.4.1.	Conceito.....	181
5.4.2.	Natureza jurídica	182
5.4.3.	Fundação pública de direito público.....	185
5.4.4.	Fundação pública de direito privado	186
5.5.	Agências executivas.....	189
5.6.	Empresas estatais.....	190
5.6.1.	Conceitos.....	191
5.6.2.	Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.....	192
5.6.3.	Finalidades.....	193
5.6.4.	Regime jurídico.....	194
6.	Quadro sinóptico.....	221
7.	Súmulas correlatas.....	224
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes	224
7.2.	Súmulas do STF.....	224
7.3.	Súmulas do STJ.....	225
4.	TERCEIRO SETOR.....	227
1.	Setores da economia nacional.....	227
2.	Entes de cooperação	229
2.1.	Serviços sociais autônomos.....	229
2.2.	Entidades de apoio	234
2.3.	Organizações sociais.....	235
2.4.	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	240
2.4.1.	Semelhanças e distinções entre OS e Oscip	242
2.5.	Organização da sociedade civil	243
3.	Parcerias com poder público	244
3.1.	Parcerias com a Organização da Sociedade Civil – Lei n. 13.019/2014.....	246
3.1.1.	Organização da sociedade civil.....	248
3.1.2.	Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41)	250
3.1.3.	Formalização	251
3.1.3.1.	Seleção.....	251
3.1.3.1.1.	Procedimento de manifestação de interesse público	251

3.1.3.1.2.	Chamamento público	252
3.1.3.2.	Novos instrumentos – termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação.....	256
3.1.4.	Medidas para execução e eficiência da parceria.....	259
3.1.4.1.	Planejamento	259
3.1.4.2.	Regras para execução.....	259
3.1.4.3.	Monitoramento e avaliação	260
3.1.4.4.	Prestação de contas	262
3.1.5.	Responsabilidades e sanções.....	264
3.2.	Parcerias com Fundos Patrimoniais – Lei n. 13.800/2019.....	264
4.	Quadro sinóptico.....	269
5.	Súmulas correlatas.....	274
5.1.	Súmulas do STF.....	274
5.2.	Súmulas do STJ.....	274
5.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO E DOS ADMINISTRADORES	275
1.	Conceito	275
2.	Características	276
3.	Poder vinculado e poder discricionário.....	277
4.	Poder regulamentar	278
4.1.	Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos.....	278
4.2.	Tipos de regulamento.....	279
4.3.	Controle dos atos administrativos.....	283
5.	Poder hierárquico.....	288
6.	Poder disciplinar	289
7.	Poder de polícia.....	293
7.1.	Conceito.....	293
7.2.	A expressão “poder de polícia”.....	295
7.3.	Fundamento e essência do poder de polícia	296
7.4.	Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia	298
7.5.	Delegação dos atos de polícia	299
7.6.	Atributos do poder de polícia.....	301
7.7.	Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade	303
7.8.	Controle dos atos de polícia.....	304
7.9.	Setores da polícia administrativa.....	304
7.10.	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	305
8.	Poderes e deveres do administrador público	306
8.1.	Deveres do administrador.....	306
8.2.	Uso e abuso de poder.....	306
8.3.	Formas de abuso de poder	307
8.4.	Abuso de poder e legalidade.....	308
9.	Quadro sinóptico.....	309
10.	Súmulas correlatas.....	311

10.1. STF – Súmulas Vinculantes	311
10.2. Súmulas do STF	312
10.3. Súmulas do STJ.....	312
6. ATO ADMINISTRATIVO	315
1. Introdução e conceito	315
1.1. Ato e fato jurídico	315
1.2. Ato da administração e ato administrativo	318
1.3. Conceito de ato administrativo	319
2. Vinculação e discricionariedade.....	321
3. Elementos do ato administrativo	324
3.1. Sujeito competente.....	325
3.1.1. Principais regras.....	326
3.2. Forma.....	329
3.2.1. Princípio da solenidade.....	329
3.2.2. Silêncio administrativo.....	330
3.2.3. Vício na forma	332
3.3. Motivo	333
3.3.1. Legalidade do motivo.....	333
3.3.2. Principais distinções.....	334
3.3.3. Teoria dos motivos determinantes	339
3.4. Objeto.....	341
3.4.1. Requisitos de validade.....	342
3.4.2. Discricionariedade e vinculação	342
3.5. Finalidade.....	342
3.5.1. Distinções: motivo, objeto e finalidade.....	344
3.6. Quadro comparativo.....	344
4. Mérito administrativo	345
4.1. Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário.....	347
5. Atributos do ato administrativo.....	350
5.1. Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade	350
5.2. Autoexecutoriedade.....	352
5.3. Imperatividade	352
5.4. Tipicidade.....	353
6. Classificação.....	353
6.1. Quanto aos destinatários.....	354
6.2. Quanto ao alcance	354
6.3. Quanto à manifestação de vontade	355
6.4. Quanto ao grau de liberdade.....	355
6.5. Quanto ao objeto	355
6.6. Quanto à formação.....	357
6.7. Quanto à estrutura do ato.....	358
6.8. Quanto aos efeitos.....	358

6.9. Quanto aos resultados na esfera jurídica	359
6.10. Quanto à situação jurídica que criam.....	359
7. Modalidades de atos administrativos.....	359
7.1. Atos normativos	359
7.2. Atos ordinatórios.....	361
7.3. Atos negociais.....	362
7.4. Atos enunciativos.....	366
7.5. Atos punitivos	367
8. Formação e efeitos	368
8.1. Perfeição	368
8.2. Validade	368
8.3. Eficácia.....	369
8.4. Possíveis combinações.....	370
9. Extinção do ato administrativo	371
9.1. Formas de extinção.....	372
9.2. Invalidação.....	373
9.2.1. Formas de invalidação	373
9.2.2. Anulação	376
9.2.3. Convalidação e sanatória.....	382
9.2.4. Estabilização de efeitos	383
9.2.5. Possíveis vícios do ato administrativo.....	389
9.3. Revogação.....	390
9.4. Coisa julgada administrativa	393
10. Quadro sinóptico.....	394
11. Súmulas correlatas.....	399
11.1. STF – Súmulas Vinculantes	399
11.2. Súmulas do STF.....	399
11.3. Súmulas do STJ.....	400
7. LICITAÇÃO	403
1. Conceito e legislação.....	403
1.1. Regime de transição.....	407
1.2. Critérios transnacionais	411
2. Finalidade	412
3. Competência para legislar.....	414
4. Sujeitos à licitação	417
5. Incidência da lei.....	426
6. Princípios básicos	428
7. Os agentes públicos e as comissões de licitações	441
7.1. Das vedações dos agentes públicos	444
8. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.....	446
8.1. Inexigibilidade.....	448
8.1.1. Pressupostos para a realização da licitação.....	448

8.1.2.	Objeto licitável e a pluralidade.....	449
8.1.2.1.	Bem singular	450
8.1.2.2.	Serviços singulares	450
8.1.2.3.	Hipóteses legais de inexigibilidade	450
8.2.	Dispensa de licitação.....	456
8.2.1.	Licitação dispensada.....	456
8.2.2.	Licitação dispensável.....	458
8.2.2.1.	Quadro comparativo – dispensa de licitação.....	470
9.	Modalidades.....	478
9.1.	Concorrência.....	484
9.2.	Concurso.....	485
9.3.	Leilão.....	486
9.4.	Pregão.....	488
9.5.	Diálogos competitivos	491
9.6.	Outras modalidades.....	493
10.	Procedimento licitatório	494
10.1.	Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021	494
10.1.1.	Fase preparatória.....	494
10.1.2.	Fase de divulgação do edital de licitação.....	502
10.1.3.	Fase de apresentação de propostas e lances	504
10.1.4.	Fase de julgamento.....	506
10.1.5.	Fase de habilitação.....	511
10.1.6.	Fase recursal.....	515
10.1.7.	Fase de homologação	517
11.	Procedimentos auxiliares.....	518
11.1.	Credenciamento	518
11.2.	Procedimento de pré-qualificação.....	519
11.3.	Procedimento de manifestação de interesse	519
11.4.	Sistema de registros de preços.....	520
11.5.	Registro cadastral.....	524
12.	Algumas licitações	526
12.1.	Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica	526
12.2.	Licitações internas e internacionais	526
12.3.	Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte	528
12.4.	Licitação para contratação de serviço de publicidade	532
12.5.	Regime diferenciado de contratações (RDC)	533
12.6.	Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016)	537
12.7.	Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento da pandemia de Covid-19.....	545
12.8.	Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i>	550
12.9.	Regime de aquisição no estado de calamidade pública	551
13.	Das irregularidades	553

13.1. Infrações e sanções administrativas.....	553
13.2. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos.....	553
13.3. Do controle das contratações.....	554
14. Quadro sinóptico.....	557
15. Súmulas correlatas.....	562
15.1. Súmulas do STF.....	562
15.2. Súmulas do STJ.....	562
8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	563
1. Conceito.....	563
2. Características.....	565
3. Formalismo.....	566
4. Cláusulas necessárias.....	572
5. Garantia.....	576
6. Duração do contrato.....	579
7. Pagamentos devidos ao contratado.....	584
8. Cláusulas exorbitantes.....	592
9. Alteração contratual.....	598
9.1. Alteração unilateral do contrato administrativo.....	599
9.2. Alteração bilateral do contrato.....	602
9.2.1. Teoria da imprevisão.....	604
9.3. Situações específicas para alguns contratos.....	606
9.4. Matriz de alocação de riscos.....	607
10. Da execução do contrato e suas responsabilidades.....	609
11. Regras para entrega do objeto do contrato.....	614
12. Extinção do contrato administrativo.....	616
12.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	616
12.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021.....	621
12.3. Das nulidades do contrato administrativo.....	623
12.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	624
13. Infrações e sanções administrativas.....	625
13.1. Sanções na Lei nº 8.666/93.....	626
13.2. Sanções na Lei nº 14.133/2021.....	627
13.3. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	629
13.4. Infrações na Lei nº 14.133/2021.....	629
14. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas...	631
15. Responsabilização criminal, civil e administrativa.....	634
16. Contratos em espécie.....	636
16.1. Contratos propriamente ditos.....	637
16.2. Contrato de concessão.....	638
16.3. Contrato de permissão de serviço público.....	639
16.4. Contrato de gestão.....	639

17. Convênios e consórcios	642
18. Consórcios públicos.....	644
19. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista	652
20. Contrato público de solução inovadora (CPSI).....	654
21. Quadro sinóptico.....	655
22. Súmulas correlatas.....	664
22.1. Súmulas do STF.....	664
22.2. Súmulas do STJ.....	665
9. SERVIÇOS PÚBLICOS	667
1. Conceito e elementos definidores.....	667
2. Princípios.....	669
2.1. Princípio da continuidade.....	671
2.1.1. Instrumentos para garantir a continuidade.....	671
2.1.2. Possibilidades de interrupção do serviço	679
3. Determinação constitucional.....	686
4. Classificação.....	687
5. Delegação do serviço público	692
5.1. Concessão comum de serviço público	692
5.1.1. Fundamento legal.....	692
5.1.2. Conceito.....	693
5.1.3. Poder concedente.....	694
5.1.3.1. Direitos e obrigações do poder concedente.....	695
5.1.4. O concessionário.....	697
5.1.4.1. Direitos e obrigações do concessionário	697
5.1.5. Direitos e obrigações do usuário	700
5.1.6. Natureza jurídica	702
5.1.7. Distinções.....	702
5.1.8. Formalidades da concessão.....	703
5.1.8.1. Procedimento licitatório	703
5.1.8.2. Contrato de concessão	706
5.1.8.3. Possibilidades de transferência	707
5.1.9. A remuneração e a política tarifária	709
5.1.10. Formas de extinção.....	712
5.2. Parcerias do Poder Público com os particulares	714
5.2.1. Conceito.....	714
5.2.2. Legislação.....	715
5.2.3. Objetivos.....	717
5.2.4. Modalidades.....	717
5.2.5. Características.....	718
5.2.6. Diretrizes.....	720
5.2.7. Formalização da concessão especial	720
5.2.7.1. Procedimento licitatório	721

5.2.7.2.	Contrato de concessão especial.....	723
5.2.7.3.	Sociedade de propósito específico.....	725
5.2.8.	Vedações.....	725
5.2.9.	Concessões especiais para o âmbito federal.....	726
5.3.	Permissão de serviço público.....	728
5.3.1.	Conceito e requisitos.....	728
5.3.2.	A precariedade e a formalização.....	728
5.3.3.	Principais diferenças	731
5.4.	Autorização de serviço público	732
6.	Quadro sinóptico.....	733
7.	Súmulas correlatas.....	736
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes	736
7.2.	Súmulas do STF.....	737
7.3.	Súmulas do STJ.....	737
10.	AGENTES PÚBLICOS	739
1.	Conceito	739
2.	Classificação.....	740
2.1.	Agentes políticos	741
2.2.	Servidores estatais.....	743
2.2.1.	Servidores públicos.....	744
2.2.1.1.	Regime jurídico dos servidores públicos	744
2.2.1.1.1.	Regime jurídico estatutário.....	748
2.2.1.1.2.	A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário.....	750
2.2.1.1.3.	Garantia de manutenção do regime jurídico	755
2.2.2.	Servidores de entes governamentais de direito privado.....	757
2.3.	Particulares em colaboração com a administração.....	760
3.	Organização funcional.....	763
3.1.	Conceitos.....	763
3.1.1.	Cargo público.....	763
3.1.2.	Função pública.....	765
3.1.2.1.	Cargo em comissão e função de confiança: distinção... ..	766
3.1.3.	Emprego público.....	768
3.1.4.	Contrato temporário.....	769
3.2.	Cargo público – regras gerais	769
3.2.1.	Classificação	770
3.2.2.	Provimento	772
3.2.3.	Nomeação, posse e exercício.....	778
3.2.4.	Formas de deslocamento	780
3.2.5.	Vacância	782
3.2.6.	Desinvestidura – exoneração e demissão	783
4.	Regras constitucionais.....	786

4.1. Acessibilidade.....	786
4.2. Concurso público.....	788
4.2.1. Exceções ao concurso público.....	790
4.2.2. Requisitos para concurso.....	797
4.2.3. Publicidade.....	815
4.2.4. Mudança no edital de concurso.....	817
4.2.5. Prazo de validade.....	819
4.2.6. Direito à nomeação.....	819
4.2.7. Realização de novo concurso público.....	828
4.2.8. Concurso público e a possibilidade de controle.....	829
4.2.9. Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado.....	832
4.2.10. Contratação irregular – consequências.....	836
4.3. Competência para julgamento das ações.....	838
4.4. Contratação temporária.....	840
4.5. Estabilidade.....	848
4.5.1. Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade.....	848
4.5.2. Estabilidade e o texto constitucional.....	849
4.5.2.1. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público....	854
4.5.2.2. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado....	855
4.5.2.3. Estabilidade em resumo.....	857
4.5.3. Estabilidade e dispensa.....	858
4.5.4. Estágio probatório.....	864
4.6. Direito de greve.....	869
4.7. Direito à sindicalização.....	874
4.8. Acumulação.....	875
4.9. Sistema remuneratório.....	882
4.9.1. Modalidades remuneratórias.....	883
4.9.2. Regras para fixação da remuneração.....	886
4.9.3. Revisão remuneratória.....	888
4.9.4. Teto remuneratório.....	890
4.9.5. Princípio da irredutibilidade.....	899
4.9.6. Princípio da isonomia.....	900
4.9.7. Proibição de vinculação e equiparação.....	901
4.9.8. Pagamentos em atraso.....	903
4.10. Direitos sociais.....	904
4.11. Limite de despesas com pessoal.....	907
4.12. Aposentadoria.....	909
4.12.1. Conceitos fundamentais – premissas.....	909
4.12.2. Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças.....	913
4.12.3. Modalidades.....	927
4.12.4. Princípio da integralidade.....	934

4.12.5. Princípio da paridade.....	935
4.12.6. Teto de proventos e regime complementar.....	936
4.12.7. Contribuição dos inativos e pensionistas.....	938
4.12.8. Cenário atual.....	942
5. Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	943
6. Deveres e responsabilidades dos servidores estatutários.....	951
7. Quadro sinóptico.....	953
8. Súmulas correlatas.....	959
8.1. Súmulas Vinculantes.....	959
8.2. Súmulas do STF.....	960
8.3. Súmulas do STJ.....	962
8.4. Súmulas do TST.....	963
11. BENS PÚBLICOS.....	967
1. Domínio Público.....	967
2. Conceito.....	968
3. Competência Legislativa.....	972
4. Classificação dos Bens Públicos.....	972
5. Afetação e Desafetação.....	977
6. Regime jurídico dos bens públicos.....	980
7. Aquisição de bens para o Patrimônio Público.....	984
8. Alienação de Bens Públicos.....	988
9. Gestão de Bens Públicos.....	991
9.1. Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	996
10. Bens Públicos em espécie.....	999
11. Quadro Sinóptico.....	1007
12. Súmulas Correlatas.....	1008
12.1. Súmulas do STF.....	1008
12.2. Súmula do STJ.....	1009
12. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE.....	1011
1. Direito de propriedade.....	1011
2. Intervenção na propriedade.....	1012
3. Fundamentos e regras constitucionais.....	1012
4. Modalidades de intervenção.....	1013
4.1. Limitação administrativa.....	1014
4.1.1. Indenização.....	1016
4.1.2. Controle.....	1022
4.2. Servidão administrativa.....	1022
4.2.1. Elementos definidores.....	1023
4.2.2. Formas de constituição.....	1024
4.2.3. Indenização.....	1025

4.2.4.	Distinções.....	1025
4.2.5.	Causas extintivas.....	1026
4.2.6.	Modalidades.....	1027
4.3.	Requisição.....	1028
4.4.	Ocupação temporária.....	1031
4.4.1.	Hipóteses de ocupação temporária.....	1032
4.4.2.	Distinções.....	1034
4.5.	Tombamento.....	1035
4.5.1.	Conceito e características.....	1035
4.5.2.	Natureza jurídica.....	1036
4.5.3.	Competência.....	1038
4.5.4.	Bens objeto de tombamento.....	1039
4.5.5.	Modalidades.....	1040
4.5.6.	Obrigações.....	1040
4.5.7.	Indenização.....	1043
4.5.8.	Procedimento.....	1043
4.5.9.	Extinção.....	1044
4.6.	Desapropriação.....	1045
4.6.1.	Objeto.....	1047
4.6.2.	Competência.....	1050
4.6.3.	Modalidades de desapropriação.....	1053
4.6.3.1.	Desapropriação comum.....	1054
4.6.3.2.	Desapropriação sancionatória.....	1057
4.6.3.3.	Desapropriação indireta.....	1063
4.6.3.4.	Desapropriação privada.....	1068
4.6.4.	Situações especiais – destinação dos bens desapropriados.....	1069
4.6.5.	Procedimento administrativo.....	1071
4.6.6.	Procedimento judicial – ação de desapropriação.....	1075
4.6.7.	Da indenização.....	1079
4.6.8.	Ação de desapropriação rural.....	1095
4.6.9.	Desapropriação de enfiteuse.....	1096
4.6.10.	Direito de extensão.....	1098
4.6.11.	Tredestinação.....	1098
4.6.12.	Retrocessão.....	1099
5.	Quadro sinóptico.....	1101
6.	Súmulas Correlatas.....	1105
6.1.	STF – Súmulas Vinculantes.....	1105
6.2.	Súmulas do STF.....	1105
6.3.	Súmulas do STJ.....	1106

13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO..... 1107

1.	Aspectos Gerais – Fundamentos.....	1107
2.	Evolução.....	1109

3. Tipos de responsabilidade.....	1112
4. Elementos definidores.....	1113
4.1. Sujeitos.....	1114
4.2. Conduta estatal lesiva.....	1117
4.3. Dano indenizável.....	1128
4.4. A indenização.....	1132
4.5. Hipóteses de exclusão.....	1134
5. Vias para reparação do dano.....	1137
6. Ação judicial – legitimidade passiva.....	1137
7. Ação regressiva.....	1141
8. Denúnciação da lide.....	1142
9. Prescrição.....	1143
10. Quadro sinóptico.....	1149
11. Súmulas correlatas.....	1152
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1152
11.2. Súmula do STF.....	1152
11.3. Súmulas do STJ.....	1153
14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO.....	1155
1. Introdução e conceito.....	1155
2. Evolução.....	1156
3. Controle do estado – atividade política e atividade administrativa.....	1156
4. Controle da atividade administrativa.....	1158
4.1. Classificação.....	1160
4.1.1. Quanto ao órgão controlador.....	1160
5. Controle administrativo.....	1166
5.1. Aspectos gerais.....	1166
5.2. MEIOS DE CONTROLE.....	1168
5.3. Órgãos específicos de controle.....	1173
6. Controle legislativo.....	1178
6.1. Tribunais de contas.....	1179
7. Controle judicial.....	1186
7.1. Meios de controle judicial.....	1186
7.1.1. Mandado de segurança.....	1187
7.1.2. Ação popular.....	1191
7.1.3. Ação civil pública.....	1192
7.1.4. Mandado de injunção.....	1193
7.1.5. <i>Habeas data</i>	1195
7.1.6. Ação direta de inconstitucionalidade.....	1196
8. <i>Atos interna corporis</i>	1197
9. Quadro sinóptico.....	1197
10. Súmulas correlatas.....	1201
10.1. Súmulas Vinculantes.....	1201

10.2. Súmulas do STF.....	1201
10.3. Súmulas do STJ.....	1203
15. PROCESSO ADMINISTRATIVO	1205
1. Conceito	1205
2. Fontes do processo administrativo.....	1205
3. Objetivos e obrigatoriedade.....	1206
4. Princípios do processo administrativo.....	1208
4.1. Princípio do devido processo legal.....	1209
4.2. Princípio do contraditório.....	1210
4.3. Princípio da ampla defesa.....	1211
4.4. Princípio da verdade real	1216
4.5. Princípio da legalidade e princípio da finalidade	1217
4.6. Princípio da motivação.....	1217
4.7. Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1219
4.8. Princípio da oficialidade.....	1219
4.9. Princípio da autotutela.....	1220
4.10. Princípio da celeridade.....	1222
5. Modalidades de procedimento	1223
6. A lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....	1224
6.1. Aspectos gerais.....	1224
6.2. Fases do procedimento.....	1228
7. Procedimento administrativo disciplinar.....	1233
7.1. Conceito e finalidade	1233
7.2. Tipos de procedimento disciplinar.....	1235
7.2.1. Sindicância.....	1235
7.2.2. Processo administrativo propriamente dito.....	1237
7.2.3. Processo sumário	1237
7.2.4. Verdade sabida	1240
7.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito	1240
7.4. Prescrição e duração do processo	1249
7.5. Independência das instâncias	1255
8. Controle pelo poder judiciário	1256
9. Quadro sinóptico.....	1257
10. Súmulas correlatas.....	1262
10.1. STF – Súmulas Vinculantes	1262
10.2. Súmulas do STF.....	1262
10.3. Súmulas do STJ.....	1263
16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1265
1. Introdução	1265
2. Conceito	1266

3. Competência legislativa.....	1268
4. Fonte normativa.....	1269
5. Bem jurídico tutelado.....	1272
6. Natureza do ilícito de improbidade administrativa.....	1272
7. Composição do ato de improbidade administrativa.....	1276
7.1. Sujeito ativo.....	1276
7.2. Sujeito passivo.....	1282
7.3. Conduta típica.....	1283
7.4. Elemento subjetivo.....	1291
7.5. Dano.....	1295
8. Sanções.....	1297
9. Procedimentos administrativo e judicial.....	1302
9.1. Processo administrativo.....	1302
9.2. Processo judicial.....	1303
10. Prescrição.....	1309
11. Quadro sinóptico.....	1310
12. Súmulas correlatas.....	1313
12.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1313
12.2. Súmulas do STF.....	1314
12.3. Súmulas do STJ.....	1314
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1317